

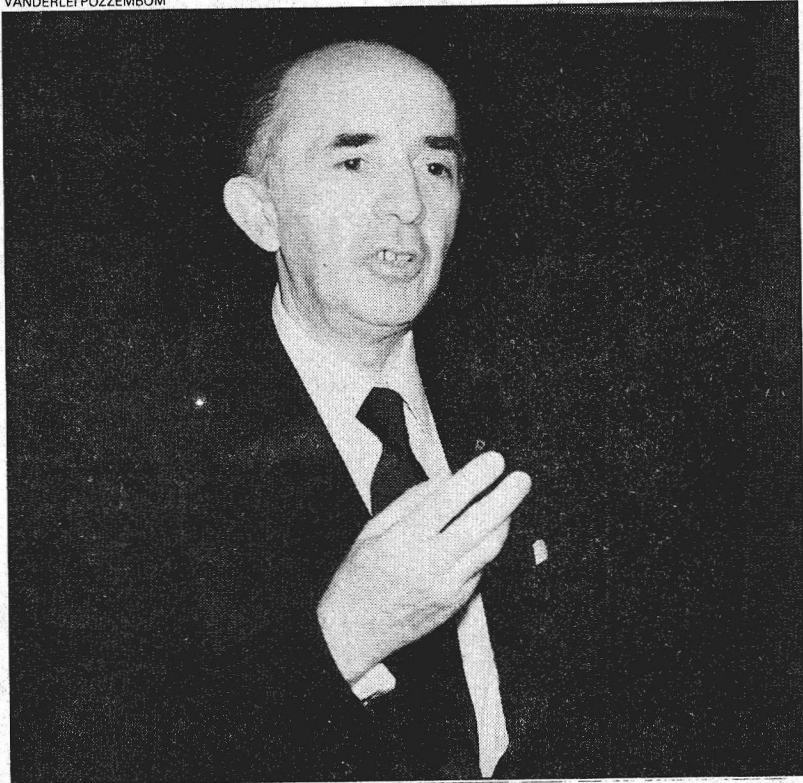
## Vital defende punição para os deputados

**Lúcia Motta**

O procurador parlamentar da Câmara dos Deputados, Vital do Rego (PDT/PB), não tem dúvidas de que os parlamentares do PDT que tumultuaram a sessão em que seria votado o início da revisão constitucional faltaram com o decoro parlamentar. Amanhã ele envia ao presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira, seu parecer sobre a participação dos quatro deputados apontados pelo presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB/PB), como responsáveis pela confusão. O parecer deve ser encaminhado, em seguida, à Comissão de Constituição e Justiça, para ser apreciado pelos parlamentares.

Vital do Rego disse ontem que não será necessário ouvir os quatro deputados pedetistas acusados — Luiz Salomão (RJ), Wilson Muller (RS), Paulo Ramos (RJ) e Carlos Lupi (RJ). As imagens cedidas por três emissoras de tevê, segundo ele, deixam claro o envolvimento dos três primeiros. O procurador aguarda apenas a remessa das imagens da Radiobrás para constatar se houve ou não participação do deputado Carlos Lupi, pois nas imagens que viu até ontem o deputado aparecia

VANDERLEI POZZEMBOM



**Vital do Rego, o procurador: acusados nem precisarão ser ouvidos**

apenas em uma posição estática, logo atrás dos outros três que participavam do protesto. Vital do Rego foi informado de que as imagens da Radiobrás eram mais nítidas e preferiu examiná-las antes de apresentar seu parecer.

As imagens de que o procurador dispõe mostram o deputado Luiz Salomão arrancando o microfone da mesa, o deputado Paulo Ramos quebrando o microfone e o deputado Wilson Muller rasgando o projeto de resolução que estava sendo lido

pelo primeiro secretário.

Apesar de ser do mesmo partido dos parlamentares acusados, Vital do Rego não perdoa a atitude dos colegas e exige punição. “Não podemos assistir passivamente a deputados agredindo a sociedade. Punição é a resposta regimental de que a sociedade precisa”, declarou. As punições, no entanto, serão definidas apenas pelo plenário da Câmara dos Deputados, depois do processo disciplinar passar pela Comissão de Constituição e Justiça.